

**Reunião MECI – 14/01/2026**  
**2º tema do protocolo negocial:**  
**Habilitação para a docência, recrutamento e admissão**

Caros Colegas Professores e Educadores, associados da ASPL,

Fazendo votos de que se encontrem bem, e pedindo desculpas pelo atraso, venho partilhar algumas informações da reunião de anteontem, que decorreu bem e teve a presença do Senhor Ministro da Educação, Ciência e Inovação, para além dos respetivos Secretários de Estado, da Secretária de Estado da Administração Pública e do Presidente do Conselho Diretivo da Agência para a Gestão do Sistema Educativo (AGSE).

A ASPL foi a primeira a falar e a apresentar os problemas que temos identificado no apoio que prestamos aos nossos associados e aos novos candidatos a professor que nos procuram, relativamente às matérias em apreço no **tema 2 da revisão do ECD: Habilitações para a Docência, Recrutamento/Concursos e Admissão à Carreira!**

Da parte da tutela, o **Senhor Ministro deu alguns esclarecimentos sobre alguns dos assuntos que pretendem rever, com objetivo de solucionar o grave problema dos alunos sem professor, pois "não é admissível que crianças e jovens do nosso país não tenham garantido o direito básico, constitucionalmente consagrado, à educação e ao ensino".**

Nesse sentido, referiu os 26 milhões de euros que o Governo pagou em dezembro aos professores em horas extraordinárias e no propósito de rever as habilitações para a docência, assim como os grupos de recrutamento, "para se alargar a base de recrutamento destes profissionais, sem diminuir a exigência e a qualidade, que têm de ser garantidas".

Ao nível dos concursos, defendeu que estes têm de ser mais claros, céleres e transparentes, sejam os que se realizam a nível nacional, sejam as ofertas de escola.

Aproveitou para informar que não é admissível não termos nem os resultados, nem a previsão para a publicação das listas definitivas e de colocação do concurso externo extraordinário.

Adiantou que não haverá os concursos que estavam previstos para início deste ano, para vincular os técnicos especializados que se encontram nas escolas, muitos deles há vários anos consecutivos e de forma precária, enquanto não souber exatamente quantos existem, quantos são necessários e em que escolas/agrupamentos; do mesmo modo atuará para com os próximos concursos de professores e educadores: não avançará enquanto a nova Agência não identificar de forma rigorosa e objetiva as necessidades do sistema educativo, ao nível de cada grupo de recrutamento, em todos os estabelecimentos da rede do MECI.

Quanto à **falta de apoio da DGAE**, que foi dado conta pelas organizações sindicais, o Ministro voltou a insistir que está a reformular os serviços pois estas duas entidades: IGeFE E SIGRHE não comunicavam entre si, nem as suas plataformas, pelo que estão a ser substituídas pela AGSE, e que doravante os pedidos de apoio, dos sindicatos, devem ser dirigidos à nova Agência!

Relativamente ao assunto do Despacho que enviou aos diretores, no início deste ano, o Senhor Ministro esclareceu que nunca havia dado informação no sentido de fazer depender o vencimento dos professores do registo dos respetivos **sumários**, mas que teve de deixar bem claro aos diretores que não podiam continuar a não exportar os sumários, pois sabe que os professores sempre fizeram e fazem os sumários!

O que acontece, regra geral, é que os sumários não são exportados para a tutela por parte de 20% dos agrupamentos e escolas não agrupadas, e isto não pode continuar, pois tem de haver uniformidade nos procedimentos e reporte à tutela do trabalho que é feito, nas escolas.

Voltou a referir o exemplo dos 26 milhões de euros em horas extraordinárias que foram pagas em dezembro e que se houvesse uma entidade, incluindo o Tribunal de Contas a pedir dados ao MECI este não tinha para fornecer, o que não é concebível!

Portanto, continuou o Sr. Ministro a dizer que a tutela tem de ter, em sua posse, dados que permitam servir de comprovativos de que essas horas foram dadas, assim como o demais trabalho feito dentro do horário normal dos professores. Aquele Despacho foi para reforçar o pedido já feito em setembro deste ano, para, doravante, o sistema de reporte dos diretores à tutela seja melhorado e estandardizado, pois é preciso ter dados que fundamentem os valores gastos.

A ASPL já esta semana reuniu a sua Direção Nacional para analisar os contributos dos associados, relativos a estes temas, e na próxima terça-feira, dia 20, continuará a fazê-lo, para enviar por escrito os seus contributos à tutela. Assim, os nossos associados que possam e queiram, podem continuar a enviar-nos, para o email da Presidência - [presidencia@aspl.pt](mailto:presidencia@aspl.pt), contributos relativos a estes assuntos, pois nos próximos tempos são estes os temas em cima da mesa de negociações, no âmbito da **revisão do ECD: Habilitações para a Docência, Recrutamento/Concursos e Admissão à Carreira.**

Muito grata pela atenção e colaboração, enviamos as nossas cordiais saudações pessoais e sindicais,

A Colega e Presidente da Direção Nacional - Fátima Ferreira